



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INDIVIDUALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL. ENTRE A HISTÓRIA E NOSSOS DILEMAS SOCIAIS

Cristiane Leal R. Soares

Universidade Federal da Paraíba – UFPB/Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE Cristiane.30@hotmail.com

Patrícia Formiga Maciel Alves

Universidade de Pernambuco – UPE/Centro Universitário de João Pessoa – UNIPE - patriciafmalves@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os processos de individualização das mulheres no Brasil sob o ponto de vista de algumas das principais referências teóricas das Ciências Sociais e da Educação, que trazem consigo objetos de análises que têm como base a sociedade brasileira e suas especificidades sócio culturais. Aqui as questões da individualização das mulheres são pensadas como desdobramento da modernização do país, dos avanços no campo educacional e dos reflexos destes avanços, sobre as transformações nas condições de vida feminina, e em sua atuação nos espaços domésticos e públicos. Partimos de uma pesquisa bibliográfica sobre a discussão indivíduo/sociedade na teoria clássica e contemporânea da sociologia, especialmente da Escola Sociológica Francesa e da Sociologia alemã, e procuramos perceber suas repercussões nas discussões sobre o paradigma individualista no Brasil e na perspectiva das mulheres. A rota de compreensão da individualização nesse trabalho foi norteada não somente pelo ponto de vista sociológico e antropológico, mas, também pelas contribuições da história da Educação. As abordagens aqui analisadas apontaram para um conjunto de mudanças estruturais localizadas nas diversas esferas da vida social, nos valores e nas práticas dos indivíduos em geral e das mulheres. A pesquisa mostrou ainda que as mulheres brasileiras são experts em rupturas, estas as empurraram em direção à individualização, e a educação tem sido um de seus principais propulsores. Mas há que se destacar que estas mesmas mulheres são também especialistas em guardar traços apreendidos no passado, na tradição, refazendo-os no cotidiano presente de suas vidas.

Palavras-chave: Individualização feminina; Modernização brasileira; Educação das mulheres.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma reflexão mais ampla sobre processos femininos de individualização no Brasil, realizada no âmbito do doutorado em Sociologia na UFPB. Naquela oportunidade identificamos alguns dos principais fatores de promoção para a individualização entre as mulheres brasileiras, entre eles: a educação, o trabalho, a abertura à liberdade sexual, entre outros. Aqui nosso objetivo é debater os processos de individualização das mulheres no Brasil - sob o ponto de vista de algumas das principais referências teóricas das Ciências Sociais e da Educação - discutindo as influências que a educação realiza sobre esses processos. Partimos do pressuposto de que - assim como em outros países conforme nos mostram Beck(2003; 2010) e François Singly(2000) - a progressiva individualização das mulheres brasileiras é também resultante dos avanços da educação do país. Assim, pensamos a individualização dessas mulheres como



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

desdobramento da modernização, dos avanços no campo educacional e dos reflexos destes avanços, sobre as transformações nas condições de vida feminina, e em sua atuação nos espaços domésticos e públicos. Especificamente neste trabalho pretendemos estudar os efeitos do acesso à educação sobre as possibilidades de individualização entre as mulheres no Brasil.

As oportunidades educativas abrem novas perspectivas de vida para as mulheres, como observam Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (2003). Segundo estes autores, as mulheres que tem acesso à educação deixam de se preparar apenas para o casamento. E passam a projetar e participar de atividades satisfatórias, para além da vida doméstica, podendo construir novas rotas biográficas, baseadas em escolhas, ou na chance de ter uma “vida própria”.

“Viver uma vida própria” é uma expressão fundamental na compreensão da noção de individualização em Beck e Beck-Gernsheim (2003), e essencial na discussão deste trabalho. Privilegiando as transformações da condição feminina em suas análises esses autores retomam as formas de vida feminina nos séculos XIX e XX na Europa, e observam que naqueles anos a vocação das mulheres consistia na permanente disposição em “viver para a família e renunciar a si mesmas”. Compreendem que a situação atual é bastante distinta daquela verificada no passado. Hoje, as mulheres têm alcançado cada vez mais espaço na concretização de objetivos próprios, tem tido expectativas de vida para além da esfera familiar.

Tendo em vista o notório conjunto de transformações na vida social, Beck e Beck-Gernsheim (2003), concluem que as mulheres passaram a viver na contemporaneidade “a ética da realização pessoal”. Procurando satisfações próprias, elas desenvolveram formas criativas de lidar com diversas atribuições, uma vez que, cada uma em particular, tem que desenvolver sua própria biografia e organizá-la em relação aos demais com os quais elas convivem. A biografia feminina assim deixou de ser um dado, para ser uma tarefa, e construí-la tem seus benefícios e riscos. Arcar com as consequências dessa tarefa, seus sucessos ou fracassos, faz parte do jogo social. Tornar-se responsável por sua própria história também envolve o risco do fracasso, por isso todos devem saber se adaptar as mudanças, improvisar, inventar novas saídas.

É interessante destacar inicialmente que as análises de Singly(2000), assim como as de Beck(2003; 2010) são compreendidas como válidas para iluminar nossa discussão, pois estes autores partem de fenômenos que não são exclusivamente europeus - como: as transformações nas relações de gênero, maior controle da natalidade, inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, a diminuição dos casamentos, o aumento do número de divórcios, etc. – estão também presentes na realidade social brasileira, como mostram a síntese dos indicadores sociais brasileiros



(IBGE, 2009), alguns trabalhos sobre a demografia brasileira (CAMARANO, 2004). Bem como trabalhos de cunho qualitativo, tais como Salem (2006) e Soares(2013) que apontam para o avanço da individualização feminina nas diferentes camadas sociais do Brasil.

Machado (2009), afirma que é em função das posições relacionais fixadas no jogo das diferenças com os demais integrantes da família - esposa, mãe, dona de casa - que a subjetividade da mulher brasileira vem sendo historicamente construída. No entanto, alguns estudos sócio antropológicos mostram que essa tendência vem sendo – mesmo que lentamente – modificada (HEILBORN,1984). Desse modo passamos a questionar: O que os estudos Sócio antropológicos nos revelam quanto aos processos de individualização das mulheres brasileiras em relação ao seu mundo social? Como a educação das mulheres no Brasil refletiu sobre a condição das mulheres de viver uma vida própria, ou uma vida baseada em escolhas próprias?

A fim de responder a tais questões realizamos um estudo bibliográfico de alguns dos mais reconhecidos trabalhos socioantropológicos no Brasil, entre eles, Gilberto Freyre e Roberto DaMatta, dentre outros. Como ficará evidente a rota de compreensão da relação individualização e educação nesse trabalho foi norteadada não somente pelas perspectivas sócio-antropológicas, mas também pelas contribuições da história social e da História da educação. Discutimos as questões da individualização das mulheres no Brasil, ressaltando as mudanças em suas condições de vida, no que se refere a educação, ao longo dos séculos XIX e XX e destacando as diferenças apontadas pela história referentes à atuação das mulheres dos segmentos populares e mais aristocratizados nos espaços públicos.

NOTAS SOBRE INDIVIDUALIZAÇÃO E O PROJETO DA MODERNIDADE

Transformar os membros das sociedades em indivíduos, como observa Bauman (2008), é “marca registrada da sociedade moderna”. No entanto, isto não é algo que se alcança num só momento, mas, num processo, algo que se desenvolve gradativamente, e em múltiplas direções. Como bem observou Elias (1994), padrões diferenciados na própria organização da sociedade, ou seja, na relação sociedade e indivíduo, e nos modos de interpretá-la, relacionam-se com formas também diferenciadas de individualização. O que justifica sua multiplicidade de significados e suas variações ao longo da história.

Uma das abordagens mais recentes sobre individualização na teoria social que tem ganhado repercussões mundiais refere-se ao trabalho de Beck e Beck-Gernsheim (2003), intitulado: *La Individualización. El Individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas.*



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Estes autores trabalham a temática da individualização tendo como pano de fundo a ambiência cultural da alta modernidade, a sociedade do risco. Para eles tal temática é considerada a chave para a compreensão da sociedade contemporânea, pois ela descreve uma nova relação entre indivíduo e sociedade na atualidade. Segundo Beck (2010), essa relação atualmente repousa sob um sistema de valores na qual desponta uma nova ética, a ética frente ao risco, baseada nos princípios dos deveres para consigo mesmo. Isto, segundo este autor, representa um contraponto fundamental com a “ética tradicional”, cujos deveres expressavam uma lógica eminentemente social com vistas à harmonização do indivíduo com o todo.

Assim como em outras partes do mundo, na sociedade brasileira é também possível perceber alguns sinais da sociedade de risco, analisada em Beck (2003), como mostram alguns estudos (FRANCH, 2008). Assim como também é possível tomar algumas de suas considerações sobre individualização, especialmente quando parte de diagnósticos sobre mudanças nas condições das mulheres na Europa, quanto ao acesso a educação e a repercussão dessas transformações sobre suas novas possibilidades biográficas, que não são estranhas as mudanças verificadas entre as mulheres brasileiras como observou alguns estudiosos, entre eles, Gambarotto (2009).

Aqui consideramos que individualização se constitui em demandas subjetivas e objetivas por uma vida própria, em que se pode fazer escolhas próprias baseadas na auto compreensão e auto satisfação. Em que se pode buscar vivências, elaboração e consolidação de projetos de vida particulares que se constituam não somente no seio familiar, mas para além daquelas realizadas entre a família, em meio a outras relações sociais significativas.

O PATRIARCALISMO E SUAS MARCAS SOB A INDIVIDUALIZAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

Um dos antropólogos brasileiros mais conhecidos, Roberto Damatta, caracteriza a sociedade brasileira como relacional. Uma sociedade que tende a junção, não a separação. Uma sociedade que sabe unir a casa e a rua, o público e o privado, “sabe tão bem conjugar lei com grei, indivíduo com pessoa, [...]”(DAMATTA, 1986, p. 14). A questão que colocamos inicialmente é: de onde surge essa confluência de valores, coletivistas e individualistas, de nossa sociedade? É possível crer que a história de nossa formação social possa nos trazer uma possível resposta para a pergunta. Freyre(2006) nos dá indícios dessa perspectiva quando observa que, “verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privatismo, os das casas-grandes”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

(FREYRE, 2006, p.438). Essa confraternização de valores talvez não tivesse sido possível se a história de nossa formação social não tivesse passado pela colonização portuguesa, por sua plasticidade, pelos moldes do sistema Casa-Grande e Senzala, tão bem descrito em Freyre(2006).

A família patriarcal foi elemento constitutivo fundamental na formação social brasileira. E mesmo com a decadência da economia açucareira, com a transição das famílias do engenho para as cidades, com a mudança da Casa Grande em Sobrado, os senhores, de tudo fizeram, para dar continuidade, na cidade, ao domínio por eles exercido no campo. Uma das estratégias usadas na manutenção desse poder pelos patriarcas pesava sobre as mulheres. Para elas, as mulheres aristocratizadas, esposas legítimas e filhas dos patriarcas, o cotidiano deveria ser restrito ao ambiente doméstico, à reclusão. Suas atividades diárias se restringiam as tarefas manuais e as iniciativas de “inventar comidas”. E suas sociabilidades quase que exclusivamente se desenvolviam entre os familiares.

O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua. E a maior luta foi travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas quem o *pater familias* procurou conservar o mais possível trancada[...] (FREYRE, 2004. p. 139.)

Por outro lado, de acordo com Freyre, as mulheres, “não brancas”, que viviam nas cidades, poderiam circular entre os sobrados vendendo doces. As negras, mulatas, caboclas, tão atuantes nos espaços domésticos conforme nos informa Figueiredo (2008), revelaram comportamentos opostos a geral submissão e passividade que marcam as imagens femininas tradicionais. Segundo a historiografia sobre as mulheres no Brasil, é acentuada entre as negras, mulatas e caboclas, maior vigor de enfrentamento contra normas dominantes, na tentativa de lutar e forjar um lugar, uma individualidade, um caminho de participação social e econômica possível no país.

Vê-se que enquanto as mulheres das classes mais altas caracterizavam-se pela maior submissão, pela plena dedicação à maternidade, e reclusão doméstica, como já comentado, um considerável número de mulheres pertencentes às camadas populares poderiam viver com mais liberdade, no entanto, muitas vezes em condições materiais precárias. Suas chances de sobrevivência estavam no trabalho em atividades de baixo reconhecimento social e pequeno retorno econômico especialmente no comércio ambulante ou mesmo na prostituição, conforme observou Falci (2008). As mulheres das camadas populares tinham padrões de comportamento ligados a sua condição concreta de existência. Trabalhavam para seu sustento e de sua prole. Transitavam com menos inibição nos espaços públicos, já que era nas praças e nos largos que costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir e onde “cotidianamente improvisavam papéis informais e



forjavam laços de solidariedade”(SOIHET, 2008 p.367). Essa mulher trabalhadora era quase sempre discriminada e explorada. E além de ter que encarar no cotidiano o ganho material, também assumia de forma integral os cuidados com os filhos - assimilando dos grupos superiores a ideia de que maternidade era assunto de mulher - bem como as tarefas domésticas.

No Brasil, de acordo com Freyre(2004) a dominação do *pater familias* na vida social brasileira foi se dissolvendo a medida que outras figuras masculinas ascendiam e criavam prestígio na sociedade - entre eles: o bacharel, o médico, o diretor do colégio, o chefe da polícia, o juiz, o comerciante bem sucedido – e do mesmo modo, também enfraqueciam o poder dos senhores a consolidação e ampliação de outras instituições que despontavam na sociedade como organizadoras e reguladoras dos comportamentos sociais, a saber: a Igreja, o colégio, a fábrica, o banco, dentre outras. Segundo Freyre(2004), “com a ascendência dessas figuras e instituições, a figura da mulher foi, por sua vez, libertando-se da excessiva autoridade patriarcal[...]”(FREYRE, 2004, p. 239).

A urbanização e especialmente a influência dos interesses comerciais e industriais do imperialismo inglês, a modernização nos termos da “reeuropeização” do Brasil do século XIX, a construção do Estado racional moderno e do mercado aberto, foram, como bem observou Souza (2000), elementos fundamentais da mudança cultural brasileira naquele período. Uma mudança da “configuração valorativa da sociedade como um todo”, a partir da qual novos hábitos emergiram.

Com a maior urbanização, a hierarquia social passa a ser marcada pela oposição entre valores europeus burgueses e os valores antieuropeus do interior, marcando uma antinomia valorativa no país com repercussões que nos atingem ainda hoje. O familismo do patriarcalismo rural debate-se, pela primeira vez, com valores universalizantes. Esses valores universais e ideias burguesas entram no Brasil do século XIX do mesmo modo como haviam se propagado na Europa do século anterior: na esteira da troca de mercadorias. (SOUZA, 2000. p.235).

Ainda que para Freyre(2004) o sexismo, a subjugação das mulheres em relação aos homens, tenha sido nosso preconceito mais persistente, segundo Souza (2000), a urbanização brasileira teve forças para mitigar o “excesso arbítrio do patriarca”. O binômio industrialização/urbanização, nos moldes de uma “reeuropeização” no Brasil, “teve um caráter de reconquista, no sentido da revalorização de elementos ocidentais e individualistas em nossa cultura por meio da influência de uma Europa, agora já francamente burguesa, nos exemplos da França [...]”. (SOUZA, 2000. p.239). O imperialismo Inglês, assim, nos despertou e apresentou novos hábitos, novos interesses econômicos, novas conformações religiosas, novos estilos de vida, nova arquitetura. E, sobretudo, fez circular no país “o elemento burguês democratizante por excelência: o conhecimento, e com ele, a valorização do talento individual” (SOUZA, 2000. p.240). Aqui encontramos um elo claro entre o conhecimento, a democratização e a valorização das capacidades



individuais. As mulheres brasileiras, neste período, ainda que em menor grau que os homens, não deixaram de ser alcançadas por essa nova lógica.

A transformação de nossas bases sócio culturais, em direção à modernidade e ao individualismo como código valorativo dominante permitiu às mulheres maior visibilidade e novas possibilidades de vivências. No início do século XX nas maiores cidades brasileiras cresciam as possibilidades de acesso à informação, ao lazer e ao consumo, designados as mulheres (Priore, 2013). A progressiva urbanização entre os anos 1930 a 1950 trouxe mais novidades às experiências das mulheres no Brasil. Em 1932, as alfabetizadas conquistam o direito ao voto, em 1943 a legislação permitiu que a mulher trabalhasse “fora de casa sem o consentimento do marido”(Priore, 2013). O fim da segunda Guerra mundial, a industrialização, força motriz da nossa modernização, oportunizou as mulheres maiores chances educacionais e profissionais. No entanto, ainda que todas estas mudanças tenham sido alcançadas, a mentalidade, e os valores, em torno da moralidade e dos papéis tradicionais, de origens patriarcais, designados às mulheres permaneciam, ainda que abalados. O acesso à vida pública, e a maior possibilidade de individualização, não havia eliminado a ideia de que “lugar de mulher é na família”, eis então o cenário em que se situava a mulher brasileira dos primeiros anos do século XX: entre a tradição e a modernidade.

A EDUCAÇÃO COMO MOTOR DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA MULHER NO BRASIL

Poderíamos pensar que a autonomia das mulheres no Brasil, e a possibilidade de viverem aquilo a que temos chamado de “uma vida própria”, chegasse inexoravelmente conforme elas fossem escolarizadas e ingressassem no mercado de trabalho, de onde garantiriam sustento próprio. Nísia Floresta, já em meados do século XIX, elegia a educação como veículo da emancipação feminina.

No entanto, esse não fora, em todo tempo, o caminho percorrido pelas mulheres na história da educação do Brasil. Ainda que as regras do sistema educacional brasileiro, tal como nos informa Teixeira (1957), configurassem sob um modelo de modernização, estava também centrado na manutenção de valores tradicionais destinados a conservação das desigualdades de gênero e de classe, admitindo assim a seletividade de nossa modernidade e como desdobramento disso permanecia o entrave a individualização feminina. Dizia respeito a processos de permanências de bases tradicionais ao mesmo tempo em que se abria à modernidade. Confirmando a existência do que Domingues (2004) denomina de “modernização conservadora”. Ou seja, o percurso de mudanças, de aceitação do “novo” de forma combinada com o controle prevalecente das classes



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

dominantes e de suas hierarquias, eis aqui, mais uma vez, as bases dos nossos dilemas sob as quais a educação nacional foi desenvolvida.

Priory(2008) nos conta que apenas as meninas das famílias mais abastardas tinham condições de frequentar a escola. Preferencialmente aquelas vinculadas às instituições religiosas, cuja moral pregada pelo catolicismo na época, condenava a coeducação entre os sexos. Retratando a educação na Paraíba nos séculos XIX e início do século XX, por exemplo, Philipe do Egito(2008) nos conta que: “havia no século XIX e até meados do século XX uma preocupação em formar uma mocidade feminina não necessariamente letrada, mas que atendesse [...] à necessidade do papel social [...] de dona de casa”. (Egito, 2008, p.137).

Além das escolas religiosas, foram também instituídas as Escolas Normais, destinadas a preparar professoras primárias. Uma das mais prováveis atividades profissionais designadas às mulheres. De acordo com Louro (2008) O cotidiano nessas escolas era dividido entre aprendizados escolares, com vistas a formação de professoras, e também incluíam aulas de “prendas domésticas”, etiqueta, assim como orientação religiosa. Como observou Louro (2008) estes espaços caracterizavam-se profundamente pelo caráter disciplinador, que marcaram intimamente as experiências das mulheres. Esse modelo de educação destinado às mulheres impedia entre as meninas a construção de um campo de possibilidades de vida mais autônomo e não apenas vinculada à família.

No entanto, apesar de todo controle e direcionamento educacional com vistas à manutenção dos tradicionais papéis femininos, concordamos com Egito(2008, p.134), na ideia de que, aquelas possibilidades de educação representaram um “deslocamento importante na direção de levar as meninas para o espaço público e tirá-las do confinamento do mundo doméstico”. Permitindo-lhes, apesar de todas as restrições, formular novos projetos de vida e novas rotas biográficas, possibilitando-lhes assim os primeiros passos à individualização uma vez que poderiam trilhar caminhos para além daqueles ligados ao casamento e a maternidade.

Aqueles modelos educacionais sustentaram-se por todo século XX, muito embora, especialmente após os anos 1950, com o maior impulso da indústria no Brasil, passou a concorrer com outras possibilidades de educação menos tradicionais, que possibilitaram às mulheres maiores chances de ingresso nas universidades e melhores condições de profissionalização. E como consequência disso, admissão no mercado de trabalho, ainda que em condições desfavoráveis em relação aos homens, mas, mesmo assim, beneficiando também sua abertura à individualização.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com Campos (2010, p. 68), em 1890, no Brasil, a taxa de analfabetismo entre as mulheres era de aproximadamente 90% da população feminina. Em 1920 o número caiu para aproximadamente 80%. Esse índice foi declinando com os anos. Segundo o IBGE, em 1970 tivemos uma taxa de 36% de analfabetismo entre mulheres brasileiras, já em 2000 essa taxa declinou para 13,5%. O acesso à educação contribuiu consideravelmente nos anos 1950 e 1960, para que as mulheres vivessem novas experiências. Essa perspectiva pode ser percebida na análise de Guedes(2008), segundo quem as jovens mulheres do Brasil nos anos 70 começaram a se projetar na universidade por meio de cursos superiores voltados ao ensino secundário, como ciências humanas e letras. Tal estratégia, se por um lado reproduziam o estereótipo da ocupação adequada para mulher, cumprindo as expectativas sociais vigentes. Por outro lado, representava importante avanço da mulher no caminho de melhores qualificações, na atuação de outras áreas por meio de escolhas próprias, e, sobretudo, na construção de uma conscientização de suas próprias condições de vida.

Nem sempre estas possibilidades de novas experiências e de individualização encontraram ambientes sociais acessíveis para se desenvolver. Uma vez que construídas sobre valores inovadores, se confrontavam com a hegemonia de valores ainda dominantes na sociedade, em especial no interior do nordeste brasileiro onde as raízes patriarcais foram mais duradouras (FALCI, 2008). O que tornava a experiência de individualização feminina - por via da educação - um projeto ousado e muitas vezes subversivo. A falta de modelos de comportamento com base nesses novos valores trouxe inúmeros desafios às jovens mulheres da geração daqueles anos. Eram elas as que, em seus contextos sociais, iriam avançar naquilo que se chama de mudança da condição feminina. Baseada nas expectativas de uma vida não exclusivamente doméstica, mas também aberta a escolhas, como à escolarização e ao trabalho.

A expansão das universidades nos anos de 1970 permitiu maior participação feminina na educação superior. Como desdobramento dessa maior inserção nos cursos universitários, as mulheres passaram a conquistar campos de trabalho antes considerados inapropriados. E em vista disso, a ideia de que lugar da mulher é no lar passou a ser desconstruído. O quadro 1 abaixo nos revela as modificações relativas ao lugar das mulheres nos cursos superiores¹. Através do quadro 1, é possível perceber a ampliação da ocupação feminina nos cursos superiores no Brasil entre os anos 1970 e 2000, e em cursos antes vistos como masculinos. Por meio da educação superior é possível

¹ O quadro 1 é uma adaptação dos dados apresentados em Guedes(2008, p.126)



perceber como as mulheres acessaram novos espaços e novas vivências. Ou seja, ampliaram suas possibilidades de escolhas e de experiências de vida.

QUADRO 1 – MULHERES EM CURSOS SUPERIORES NO BRASIL 1970 E 2000

CURSO	Mulheres %	Mulheres %
	1970	2000
Engenharia mecânica	2	3
Engenharia elétrica	2	7
Engenharia civil	2	15
Medicina	11	36
Administração	15	39
Direito	13	40
Química	39	44
Estatística	17	47
Odontologia	18	51
Arquitetura	17	54
Educação Física	55	54
Filosofia	66	55
Matemática	39	60
Farmácia	32	65
Geografia	69	72
História	66	74

Nessa mesma perspectiva, Ávila e Portes(2009) observam, com números mais recentes, que em 2005, as mulheres brasileiras representaram 55,5% dos inscritos nos vestibulares, 55% dos ingressantes e 62,2% dos concluintes nos cursos superiores. Os números nos fazem entender que as mulheres alcançaram, maior possibilidade de experimentar uma dedicada à realização pessoal, não estritamente no mundo privado. Mas em outros espaços, como no educacional, comprovando que a elas também é possível vivenciar “a ética da realização pessoal” em ambientes antes tidos como hostis ao perfil feminino, naturalizado pelo nosso passado patriarcal.

Por outro lado, ainda segundo Ávila e Portes(2009), ao longo dos últimos 15 anos percebem-se baixos índices de matrícula de mulheres nos cursos de Engenharia (20,3%) e Ciência da Computação (18,8%). Verificando-se que as escolhas dos cursos, sendo construídas ao longo do processo de escolarização das mulheres, ainda delineiam áreas demarcadas como sendo mais “femininas” (os cursos de saúde e humanas). Acrescentam os autores que, “é necessário romper com o tom determinista que reduz as escolhas e a existência das mulheres aos efeitos radicais da dominação masculina e questionar as afirmativas que desconsideram seus desejos pessoais e a possibilidade de superação feminina” (ÁVILA E PORTES, 2009, p. 98-99).

A educação, em várias partes do mundo, e no Brasil, se revela como chave no processo de conscientização que permite a mulher fazer frente ativamente a sua própria condição. Com a



expansão das oportunidades educativas as mulheres têm adquirido maior capacidade para reconhecer as especificidades e restrições dos contextos sobre os quais se desenvolve sua vida e enfrentar suas próprias limitações. O desbravamento do campo educacional pelas mulheres brasileiras, ainda que lento, trouxe ganhos consideráveis para lhes promover experiências individualizadas, para além da maternidade e do casamento. Através da educação, e fundamentalmente da educação superior, as mulheres conquistaram postos antes impensáveis, mas sobretudo, conquistaram maiores possibilidades de fazer escolhas e de construir suas próprias trajetórias de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral a história das mulheres no Brasil, e as pesquisas culturais mais recentes, deixam ver que a disseminação e inclusive a interiorização de novas normas de comportamento, mais individualizados, não necessariamente eliminam as lógicas mais ‘tradicionais’. Antes, é possível perceber – no âmbito da educação, sob a ótica dos lugares em cursos superiores ocupados pelas mulheres no Brasil, verificados pelos números acima - que nossa sociedade continua moderna e tradicional. Ou seja, se por um lado as mulheres conquistaram construir novas trajetórias e vivências, fundadas em escolhas próprias e individualizadas, por outro, continuam se deparando com restrições que persistem em demarcar espaços fechados, ou pelo menos, mais difíceis, para que neles elas possam desenvolver uma vida própria.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Rebeca; PORTES, Écio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Mal-Estar e Sociedade** - Ano II - n. 2 - Barbacena - jun. 2009 - p. 91-106

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **La Individualización. El Individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas**. Barcelona: Paidós Estado y Sociedad 114, 2003.

DAMATTA, Roberto. **O que Faz brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

EGITO. Philippe Henrique Teixeira do. **A instrução feminina na capital da Província da Parahyba do Norte: O Colégio de Nossa Senhora das Neves**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCH GUTIÉRREZ, Mónica. **Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife**. Tese de doutorado em Antropologia Cultural. UFRJ, 2008.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GAMBAROTTO, Paola. **De Dona-de-Casa a Donas-de-casa: o protagonismo feminino nas camadas médias urbanas na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Programa de Pós graduação em Sociologia. 2009.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

HEILBORN, Maria Luiza. Visão de mundo e ethos em camadas médias suburbanas. In: **ANPOCS. Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Cortez, 1984. p. 88-99.

MACHADO, Maria das Dores Campos; LINS DE BARROS, Myriam. Gênero, geração e classe: uma discussão sobre as mulheres das camadas médias e populares do Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(2): 369-393, maio-agosto/2009.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e Conversas de Mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

SALEM, Tânia. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson O. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp.47-64.

SINGLY, François. O nascimento do Indivíduo Individualizado e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice; SINGLY, François e CICHELLI, Vincenzo (org.) **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOARES, Cristiane leal R. **Entre viver para si e viver para os outros: envelhecimento feminino e individualização**. Tese de doutorado em Sociologia. Programa de Pós graduação em Sociologia. UFPB, 2013.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.